TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de **FRIGOBAR, GELADEIRA DULEX e TELEVISÃO** para a Polícia Civil do Estado de Sergipe, os quais serão adquiridos através de Convênio Federal 906657/2020 e dos Termos de Adesão na Modalidade Fundo a Fundo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidos abaixo:

LOTE	ITEM	OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	**TELEVISOR 43 POLEGADAS – COTA PRINCIPAL** - tipo: SMART TV; Tela: LED; Resolução: FULL HD, aproximadamente: 2.000 x 1.000 linhas (2.000.000 pixels); Vídeo: CMR (Hz): 240; Wi-Fi integrado; Formato da tela (a j u s t e s) : Widescreen (16:9) e Just Scan (4:3); Closed Caption; Áudio: estéreo. Fonte: AC 100/240 V, 50/60 Hz; Idiomas: português; Conexões: 02 entradas HDMI, 01 entrada USB com a função: Timer (on/off), 01 entrada RF para TV a cabo, 01entrada RF para TV aberta (digital e analógico), 01 entrada vídeo componente -P2, 01 entrada de áudio e vídeo - P2, 01saída digital (óptica), 01 entrada LAN (RJ45), e, 01 saída para fone de ouvido. Acompanhada: conjunto base, cabo de força (padrão: ABNT), manual do usuário, controle remoto, pilhas AAA, parafuso de fixação (conjunto base). Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compativeis com a corrente de operação. Deve acompanhar suporte para mesa, controle remoto, manual de instruções e cabo de energia. Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE: 'A'; Alimentação/Voltagem: bivolt (110V/220V), conforme demanda. Cordão de alimentação (rabicho), com indicação da voltagem. Em conformidade com a ABNT e certificação INMETRO. Garantia: mínima de 12 (doze) meses, pelo fabricante. As ESPECIFICAÇÕES são parâmetros mínimos, serão aceitas as propostas com itens comprovadamente similares ou superiores.	75	R$ 2.396,50	R$ 179.737,50

01	02	**TELEVISOR 43 POLEGADAS – COTA RESERVADA -** tipo: SMART TV; Tela: LED; Resolução: FULL HD, aproximadamente: 2.000 x 1.000 linhas (2.000.000 pixels); Vídeo: CMR (Hz): 240; Wi-Fi integrado; Formato da tela (a j u s t e s) : Widescreen (16:9) e Just Scan (4:3); Closed Caption; Áudio: estéreo. Fonte: AC 100/240 V, 50/60 Hz; Idiomas: português; Conexões: 02 entradas HDMI, 01 entrada USB com a função: Timer (on/off), 01 entrada RF para TV a cabo, 01entrada RF para TV aberta (digital e analógico), 01 entrada vídeo componente -P2, 01 entrada de áudio e vídeo - P2, 01saída digital (óptica), 01 entrada LAN (RJ45), e, 01 saída para fone de ouvido. Acompanhada: conjunto base, cabo de força (padrão: ABNT), manual do usuário, controle remoto, pilhas AAA, parafuso de fixação (conjunto base). Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compativeis com a corrente de operação. Deve acompanhar suporte para mesa, controle remoto, manual de instruções e cabo de energia. Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE: 'A'; Alimentação/Voltagem: bivolt (110V/220V), conforme demanda. Cordão de alimentação (rabicho), com indicação da voltagem. Em conformidade com a ABNT e certificação INMETRO. Garantia: mínima de 12 (doze) meses, pelo fabricante. As ESPECIFICAÇÕES são parâmetros mínimos, serão aceitas as propostas com itens comprovadamente similares ou superiores.	25	R$ 2.396,50	R$ 59.912,50
02	01	**FRIGOBAR – COTA PRINCIPAL**: Medidas aproximadas: L = 50 cm x A = 85 cm x P = 60 cm; Capacidade mínima de: 120 litros; Características adicionais: lâmpada interna, bandeja aparadora móvel, compartimento extra-frio, gavetão transparente para frutas e legumes, 02 (duas) prateleiras gradeadas em aço inoxidável, reguláveis e removíveis. Termostato. Manual com respectivas informações de funcionamento e ajuste da temperatura. Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE: 'A'; Tensão alimentação: 110/220 V. O gabinete do frigobar deverá ser em aço com tratamento anti-ferrugem e pintura eletrostática (em pó), com secagem em estufa de alta temperatura, na cor: branca; as paredes deverão ter isolamento perfeito; prateleiras com acabamento anti- corrosivo e porta com guarnição adequada para garantir perfeita vedação, pés niveladores frontais e traseiros. Em conformidade com a ABNT e certificação INMETRO. Garantia: mínima de 12 (doze) meses, pelo fabricante. As ESPECIFICAÇÕES são parâmetros mínimos, serão aceitas as propostas com itens comprovadamente similares ou superiores. A rede de energia elétrica da área onde será instalado o referido bem está apta e em condições para suportar a demanda da carga total de todos os aparelhos ali existentes.	150	R$ 1.333,33	R$ 199.999,50

02	02	**FRIGOBAR – COTA RESERVADA**: Medidas aproximadas: L = 50 cm x A = 85 cm x P = 60 cm; Capacidade mínima de: 120 litros; Características adicionais: lâmpada interna, bandeja aparadora móvel, compartimento extra-frio, gavetão transparente para frutas e legumes, 02 (duas) prateleiras gradeadas em aço inoxidável, reguláveis e removíveis. Termostato. Manual com respectivas informações de funcionamento e ajuste da temperatura. Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE: 'A'; Tensão alimentação: 110/220 V. O gabinete do frigobar deverá ser em aço com tratamento anti-ferrugem e pintura eletrostática (em pó), com secagem em estufa de alta temperatura, na cor: branca; as paredes deverão ter isolamento perfeito; prateleiras com acabamento anti- corrosivo e porta com guarnição adequada para garantir perfeita vedação, pés niveladores frontais e traseiros. Em conformidade com a ABNT e certificação INMETRO. Garantia: mínima de 12 (doze) meses, pelo fabricante. As ESPECIFICAÇÕES são parâmetros mínimos, serão aceitas as propostas com itens comprovadamente similares ou superiores. A rede de energia elétrica da área onde será instalado o referido bem está apta e em condições para suportar a demanda da carga total de todos os aparelhos ali existentes.	50	R$ 1.333,33	R$ 66.666,50
03	1	**GELADEIRA DUPLEX – COTA PRINCIPAL**: Refrigerador, tipo: Frost Free; Capacidade de no minimo 450 litros; Congelador: degelo automático, com capacidade mínima: 30 litros; Características adicionais: lâmpada interna, bandeja aparadora móvel, compartimento extra-frio, gavetão para frutas e legumes, 03 (três) prateleiras gradeadas, reguláveis e removíveis. Termostato. Manual com respectivas informações de funcionamento e ajuste da temperatura. Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE: 'A'; Voltagem: 110 V.. Em conformidade com a ABNT e certificação INMETRO. Garantia: mínima de 12 (doze) meses, pelo fabricante. As ESPECIFICAÇÕES são parâmetros mínimos, serão aceitas as propostas com itens comprovadamente similares ou superiores. A rede de energia elétrica da área onde será instalado o referido bem está apta e em condições para suportar a demanda da carga total de todos os aparelhos ali existentes.	75	R$ 4.465,00	R$ 334.875,00

03	2	**GELADEIRA DUPLEX**: Refrigerador, tipo: Frost Free; Capacidade de no minimo 450 litros; Congelador: degelo automático, com capacidade mínima: 30 litros; Características adicionais: lâmpada interna, bandeja aparadora móvel, compartimento extra-frio, gavetão para frutas e legumes, 03 (três) prateleiras gradeadas, reguláveis e removíveis. Termostato. Manual com respectivas informações de funcionamento e ajuste da temperatura. Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE: 'A'; Voltagem: 110 V.. Em conformidade com a ABNT e certificação INMETRO. Garantia: mínima de 12 (doze) meses, pelo fabricante. As ESPECIFICAÇÕES são parâmetros mínimos, serão aceitas as propostas com itens comprovadamente similares ou superiores. A rede de energia elétrica da área onde será instalado o referido bem está apta e em condições para suportar a demanda da carga total de todos os aparelhos ali existentes.	25	R$ 4.465,00	R$ 111.625,00
TOTAL:					**R$ 952.816,00**

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O presente processo tem por finaidade a aquisição de **FRIGOBAR, GELADEIRA DUPLEX E TELEVISÃO DE 43 POLEGADAS** para as unidades policiais de Sergipe, para o seu bom funcionamento, necessita de um aparelhamento completo para os seus setores administrativos e operacionais. Com o passar do tempo e a alta rotatividade de servidores trabalhando no mesmo ambiente o mobiliário em geral apresenta um desgaste e/ou torne-se inadequado ao uso. Além disto, alguns setores passam por modificações em sua estrutura, aumentando de tamanho, responsabilidade e número de profissionais, como é o caso das unidades policiais objeto da aquisição Sendo assim, a aquisição de eletro eletronicos é de suma importância para o bom funcionamento do setor e para a obtenção de resultados

As unidades de policia civil, por exemplo, possuem efetivo constante e que permanece, muitas das vezes, por turnos de 24horas ou mais. Desta maneira, torna-se ideal a presença de eletro eletronicos adequados, para acomodar os Policiais Civil e os membros da sociedade que objetivam o atendimento durante a sua estadia ou até na necessidade de permanência interna nas Unidades.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O processo licitatório observará as normas e procedimentos administrativos constantes na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do decreto 7.892/13 e subsidiariamente as normas da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

3.2 Os bens a serem adquiridos se enquadram como comuns nos termos do parágrafo único, do artigo 1°, da Lei 10.520, de 2002.

3.3 Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa. São encontrados facilmente no mercado.

3.4 O bem ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1 - Os produtos deverão ser cotados em conformidade com as referências e especificações constantes deste edital, inclusive garantia contra defeitos, segundo as regras da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

4.2 – **Deverá ter garantia** com cobertura total irrestrita, sem ônus **por no mínimo 06 (seis) meses**, após o recebimento definitivo, para falhas vícios e defeitos de fabricação e/ou desgaste anormal, obrigando-se o adjudicatário a reparar os danos materiais e substituição de se fizerem necessárias.

4.3 - O prazo de entrega dos bens é de noventa (90) dias corridos, contados da entrega da Nota de Empenho, no seguinte endereço no Departamento de Logística da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe - Rua Tenente Wendel Quaranta, Nº 1815. Aracaju/SE. Cep 49052-260, em dias úteis, no horário das 08h às 13h, e será recebido conforme a seguir.

4.4 - Os bens serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.7 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.8 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e a proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme

especificações, prazo e local constantes no Termo de Referênciae seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DAEXECUÇÃO

9.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1 O recebimento de material de valor superior a R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros,designados pela autoridade competente.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade daContratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas asocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até trinta (30) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

10.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar- se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índicede compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1 Os preços são fixos e irreajustáveis, deacordo com a legislação em vigor.

12 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 Não se trata de execução de serviço com dedicação de mão de obra exclusiva;

12.1.2 Em razão da forma de execução;

12.1.3 Inviabilidade de criar cláusula demasiadamente onerosa e desnecessária que possam afastar do certame os licitante criando obstáculo ao alcance da economicidade e vantajosidade da contratação.

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº10.520, de 2002, quem:

13.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 cometer fraude fiscal;

13.1.6 não mantiver a proposta;

13.1.7 Ao fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, garantidos o contraditório e a prévia defesa, de acordo com as disposições do Decreto Estadual nº 24.912/07:

I - advertência;

II - multa, observados os seguintes limites máximos:

a) multa de 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado;

b) multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente;

13.1.8 - impedimento de licitar e de contratar com o Estado de Sergipe, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

13.1.9 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 1º O valor da multa aplicada será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

§ 2º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subseqüente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

13.1.10 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.1.11 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

13.2 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

I - tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraudefiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstre não possuir idoneidade para contratar com a administração

em virtude de atos ilícitos praticados.

13.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CONVÊNIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL – PROGRAMÁTICA	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
906657/2020	**221011**	**06.181.0010**	**369**	**44.90.52**	**700/500**
Termos de Adesão	**224011**	**06.181.0010**	**379/511/818**	**44.90.52**	**713**

Aracaju(SE), 04 de abril de 2023.

João Eloy de Menezes
Secretário de Estado da Segurança Pública